



CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 089/2024

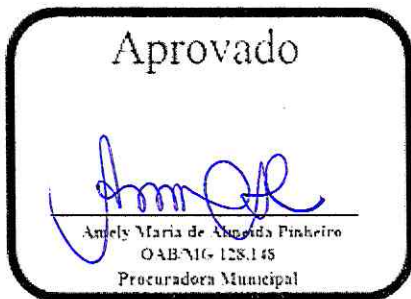
Processo Licitatório nº.: 111/2023

Inexigibilidade nº.: 012/2023

Credenciamento nº.: 006/2023

Fiscal do Contrato: **Júlio dos Reis Pereira**

Gestor do Contrato: **Ronaldo Alves Pereira**



Por este contrato, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº **18.602.060/0001-40**, sediado na Praça Doutor Castilho, nº 10, Centro, em Presidente Olegário – MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **RHENYS DA SILVA CAMBRAIA**, brasileiro, casado, Militar da Reserva; inscrito no CPF sob o nº _____, residente em Presidente Olegário - MG, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ

sob nº. 00.360.305/0001-04, situada no ST Bancário Sul, Bloco A, nº 34, Bairro Asa Sul **BRASILIA/DF**, CEP 70092-900, telefone (34)2106-2400, e-mail luciana.n.carvalho@caixa.gov.br, neste ato **REPRESENTADA** por seu representante legal, o Sr. Roberto de Almeida Mattos, inscrita no CPF nº. _____, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente contrato, sob a regência das Leis Municipais vigentes, Leis Federais nºs. 8.666/93, Decreto Municipal 1.713/2023 e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1. O presente contrato decorre do Processo Licitatório nº. 111/2023 por meio da Inexigibilidade nº 012/2023 através do Credenciamento nº 006/2023, de acordo com o Decreto Municipal 1.713/2023 e demais normas pertinentes.

1.2. Integra este contrato, como se nele estivesse transcrito, o Termo de Referência do Edital.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E SECRETARIA REQUISITANTE

2.1. O objeto do presente contrato é o **CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA INTEGRAR O SISTEMA DE ARRECAÇÃO DE RECEITAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO (SIAR/MG)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas e demais documentações anexas ao Termo de Referência e ao Instrumento Convocatório.

2.2. Secretaria Municipal de Fazenda:

Gestor: Ronaldo Alves Pereira

Fiscal: Júlio dos Reis Pereira

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de validade deste Termo de Contrato será de 181 (cento e oitenta e um) dias, a contar da data de 11 de julho de 2024, **findando em 08 (oito) de janeiro de 2025.**

3.2. O contrato poderá ser prorrogado caso haja interesse entre as partes desde que em conformidade com o art. 57, II, da lei 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. Pela execução dos serviços, objeto deste contrato, a Prefeitura Municipal de Presidente Olegário pagará o preço constante no **Decreto Municipal nº 1.713/2023** que é parte constante deste contrato.

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**

Praça Dr. Castilho, 10 - Centro - CEP 38750-000 - CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 - www.po.mg.gov.br - contratos@po.mg.gov.br

4.2. O valor **ESTIMADO** do presente Contrato é de **R\$12.522,00 (doze mil quinhentos e vinte e dois reais)**, podendo variar conforme os serviços efetivamente prestados, e segundo os preços de remuneração constantes do Edital e anexos.

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor do Item	Valor Total
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL					
0001	GUICHÊ	500,0000	UN	2,0000	1.000,0000
0003	AUTO ATENDIMENTO	3.000,0000	UN	1,4800	4.440,0000
0005	INTERNET	3.500,0000	UN	1,3100	4.585,0000
0008	LOTÉRICA	1.135,0000	UN	2,2000	2.497,0000
				Total do Fornecedor: 12.522,00	

4.2.1. O valor real será o resultado da aplicação do valor unitário pela quantidade de serviços prestados.

4.3. O pagamento pelos serviços prestados será feito conforme o requerimento apresentado pela contratada no ato do credenciamento:

4.3.1. Diariamente através de depósito do valor arrecadado pela instituição financeira, debitado a tarifa referente ao número de contas recebidas;

4.4. O preço dos serviços de arrecadação de receitas municipais, a serem prestados pelas instituições financeiras contratadas, devem ser fixados, por documento de arrecadação efetivamente utilizado para o pagamento de valores aos cofres públicos, por meio de ato do Secretário Municipal da Fazenda.

4.5. O preço dos serviços fixado deve ser estendido a todos os agentes arrecadadores contratados.

4.6. O pagamento dos serviços prestados deve ser realizado por período mensal, na forma e prazos previstos em ato do Secretário Municipal da Fazenda, considerando-se, para esse efeito:

4.6.1. os dados informados até o último dia útil do mês da arrecadação;

4.6.2. o valor da tarifa vigente no mês do acolhimento da arrecadação.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo, relativa ao exercício de 2024 e no caso de prorrogação, suas correspondentes nos anos posteriores:

Ficha: 92 - Fonte: 1.500.000

5.2. Havendo necessidade, poderão ser acrescentadas novas dotações ao processo por meio de apostilamento de ficha.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, no limite de apresentação da proposta.

6.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, de acordo com reajustes efetuados no DECRETO nº 1.713/2023 o qual somente poderá ser alterado posterior ao décimo segundo mês. Ficando assegurada à contratada e/ou contratante, na forma do art. 65, inciso II da Lei 8.666/93, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC (estabelecido no termo de referência), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

6.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA– DAS GARANTIAS

7.1. Conforme estabelecido no termo de referência.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A prestação do serviço de arrecadação de receitas municipais compreende o acolhimento, a contabilização e a prestação de contas da arrecadação.

8.2. O acolhimento da arrecadação de receitas municipais, far-se-á:

8.2.1. Por meio de documento de arrecadação em guichê de caixa;

8.2.2. Mediante a utilização de meio eletrônico.

8.3. Após o acolhimento e a contabilização da arrecadação, a instituição contratada deverá efetuar, de forma centralizada, a prestação de contas da arrecadação que compreende:

8.3.1. O banco repassará o produto da arrecadação nos prazos definidos a seguir:

8.3.1.1. No 2º (segundo) dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no guichê, e forma de pagamento em dinheiro;

8.3.1.2. No 3º (terceiro) dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no guichê, e forma de pagamento em cheque;

8.3.1.3. No 2º (segundo) dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no Auto atendimento, na Internet e débito em conta;

8.3.1.4. No 3º (terceiro) dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados na Rede Lotérica, e forma de pagamento em dinheiro;

8.3.1.5. No 4º(quarto) dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados na Rede Lotérica, e forma de pagamento em cheque;

8.3.1.6. No 3º(terceiro) dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no Correspondente Bancário e banco postal.

8.4. Para efeito do recolhimento do produto da arrecadação de que trata o item 8.3.1, não serão considerados dias úteis os sábados, domingos e os feriados nacionais.

8.5. É vedada à instituição financeira contratada dar qualquer destinação ao produto da arrecadação das receitas públicas que não aquela de manter sob sua guarda, em conta específica, desde o acolhimento até o recolhimento às contas indicadas pelo Tesouro Municipal ou pelo órgão ou entidade municipal por intermédio do qual se celebrou o contrato.

8.6. A terceirização do serviço de arrecadação de receitas municipais por instituições financeiras contratadas não exclui a sua responsabilidade quanto às obrigações contratuais, incluídos o acolhimento, a contabilização e a prestação de contas da arrecadação perante o Município de Presidente Olegário, relativamente aos respectivos serviços.

8.7. A instituição financeira contratada deverá manter a guarda dos documentos de arrecadação, de forma a permitir a comprovação da autenticidade dos referidos documentos, nos prazos e condições estabelecidos em ato do Secretário Municipal da Fazenda, bem como apresentá-los, quando solicitado pelo órgão ou entidade do Município de Presidente Olegário, incumbido da respectiva receita, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado da data da notificação.

8.8. Quando houver encargos e multas:

8.8.1. No caso de recolhimento a menor ou fora do prazo fixado, a instituição contratada se sujeita aos seguintes encargos, incidentes sobre o valor recolhido a menor ou fora do prazo:

8.8.1.1. Atualização monetária, calculada com base na URM – Unidade de Referência Municipal, conforme disposto no Decreto Municipal nº 1.554 de 2022;

8.8.1.2. Juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou por fração de mês superior a 15 (quinze) dias, a partir do primeiro dia seguinte ao do prazo estabelecido para o recolhimento, nos termos do disposto no Decreto Municipal nº 1.554 de 2022.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP 38750-000 – CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 – www.po.mg.gov.br – contratos@po.mg.gov.br

8.8.2. A atualização monetária e os juros moratórios:

8.8.2.1. Independem de notificação ou de aviso;

8.8.2.2. Devem ser quitados juntamente com o valor sobre o qual incidem.

8.8.3. Nas hipóteses previstas no item 8.8.1. deste termo, a instituição financeira se sujeita, também, à multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor recolhido a menor ou fora do prazo, atualizado monetariamente, nos termos do inciso I do caput do referido dispositivo.

8.8.4. Ressalvado o disposto no item 8.8.3. deste termo, a instituição financeira, no caso de infração às regras do Decreto 1.713/2023, dos atos normativos que o complementa ou do respectivo contrato, sujeita-se à multa equivalente:

8.8.4.1. A 2% (dois por cento) do valor indicado no documento, para ser acolhido, limitado ao valor equivalente a 100 (cem) URM's, nos casos em que a infração se refira diretamente a documento de arrecadação;

8.8.4.2. A 100 (cem) URM's, por ato comissivo ou omissivo, no caso das demais infrações.

8.8.5. A instituição contratada responde pelas ações e pelas omissões de seus funcionários, administradores ou prepostos, independentemente de dolo ou de culpa.

9. CLÁUSULA NONA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

9.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

9.6. A fiscalização dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

9.7. Durante a execução do objeto, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

9.8. O fiscal deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

9.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

9.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.



9.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no Termo de Referência.

9.12. O fiscal poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DAS PARTES

10.1. DO CONTRATADO:

10.1.1. Cumprir as condições mínimas exigidas do edital, projeto básico e contrato;

10.1.2. Manter sistema de segurança dos valores arrecadados e dos respectivos comprovantes;

10.1.3. Manter a regularidade na apresentação dos relatórios diários de arrecadação previstos no edital;

10.1.4. Tratar com o devido respeito os contribuintes, evitando qualquer tipo de atrito, que, na hipótese de ocorrer, deverá ser imediatamente informado à Direção do CONTRATANTE;

10.1.5. Permitir a fiscalização dos serviços pelo CONTRATANTE e mantê-lo sempre informado a respeito do andamento dos serviços;

10.1.6. Comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, a ocorrência de fato superveniente que possa acarretar o descredenciamento da instituição financeira;

10.1.7. No caso de extravio de qualquer documento de arrecadação, a instituição financeira Credenciada deverá providenciar a identificação dos documentos extraviados, de forma a obter mediante solicitação por escrito, segunda via de conta junto ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e promover a devida inclusão do valor correspondente ao documento extraviado no relatório diário de arrecadação respectivo;

10.1.8. No caso de extravio ou roubo de numerários, a instituição financeira credenciada fica obrigado a comunicar o fato imediatamente e indenizar o CONTRATANTE, nos mesmos valores, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a constatação e verificação do fato ocorrido;

10.1.9. Prestar esclarecimento, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE de fatos e ou ocorrências na execução dos serviços;

10.1.10. Manter durante a vigência contratual as mesmas condições exigidas para habilitação;

10.1.11. Reconhecer os direitos do CONTRATANTE no caso de rescisão prevista no art. 77 da Lei 8.666/93;

10.1.12. Quando se tratar de débito automático:

10.1.12.1. Processar o arquivo magnético recebido da entidade contratante (movimento de débito), efetuando os débitos nas contas correntes dos clientes, nas datas de vencimentos identificadas nos arquivos, no caso da existência de saldos suficientes em conta corrente;

10.1.12.2. Encaminhar à entidade contratante arquivo magnético, contendo as informações sobre o processamento do arquivo de movimento de débito por vencimento, ou seja, o que foi debitado, de acordo com os códigos estabelecidos. A CONTRATADA efetuará o encaminhamento desse arquivo, até o 4º(quarto) dia útil após a data do vencimento, ressalvados nos casos de feriados locais;

10.1.13. A instituição bancária recebedora deverá se responsabilizar por erros de cobrança que impliquem não recebimento ou no recebimento de valores a menor pelo município, e deverá gerar e encaminhar ao Setor de Tributos da Secretaria Municipal desta Prefeitura, arquivo de retorno dos títulos recebidos, a fim de que seja dada baixa do débito;

10.1.14. O CREDENCIADO se obriga a zelar pela qualidade dos serviços prestados,



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP 38750-000 – CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 – www.po.mg.gov.br – contratos@po.mg.gov.br

obrigando-se ainda a manter, durante toda a vigência do Termo de Credenciamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento. Se, no decorrer da vigência do Termo de Credenciamento, comprovar-se a má qualidade na prestação dos serviços, obriga-se o CREDENCIADO a refazê-los, sem qualquer custo adicional para a Administração Municipal;

10.1.15. O CREDENCIADO é responsável pelos danos eventualmente causados à Administração Municipal ou aos cidadãos indicados, decorrente de sua culpa ou dolo na execução das obrigações decorrentes do instrumento contratual, sem que tal responsabilidade seja excluída ou reduzida pela fiscalização e pelo acompanhamento da Administração Municipal;

10.1.16. Prestar contas ao município por meio eletrônico dos valores arrecadados;

10.1.17. Resolver e responsabilizar-se pelas eventuais inconsistências entre o relatório do arquivo de retorno e os valores depositados na conta do município.

10.2. DA CONTRATANTE:

10.2.1. Emitir boletos aos contribuintes com antecedência necessária para o pagamento dentro do prazo de vencimento estabelecido no próprio documento;

10.2.2. Fornecer sempre que solicitado pelos contribuintes segundas vias das contas;

10.2.3. Comunicar à instituição financeira credenciada, por escrito, qualquer alteração na sistemática de prestação dos serviços, com antecedência necessária à sua implementação ou adequação;

10.2.4. Expedir ordens e/ou instruções de serviços sobre detalhamento de rotinas na execução dos serviços credenciados, não previstas no presente edital;

10.2.5. Realizar os pagamentos na forma contratada;

10.2.6. Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços, notificando a instituição financeira credenciada a prestar esclarecimentos de eventuais fatos, ocorrência ou denúncias por parte dos contribuintes;

10.2.7. Emitir os boletos em formulário padronizado do Município, com Código de Barras do sistema FEBRABAN, consignando as informações relativas aos valores unitários, vencimentos, e valores totais a pagar;

10.2.8. Quando se tratar de débito em conta corrente, o CONTRATANTE entregará os arquivos magnéticos à empresa credenciada contendo as informações dos consumidores já cadastrados, previamente utilizando o Padrão FEBRABAN, com antecedência de 04 (quatro) dias da data do débito.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

11.1 - AO CONTRATADO incorrerá em multa quando houver o descumprimento do objeto contratado, no valor equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, sem prejuízo de outras penalidades legais aplicáveis.

11.1.1. AO CONTRATADO, serão aplicadas penalidades de:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município por prazo de até 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar com a administração pública;

e) rescisão do contrato nas hipóteses permitidas legalmente;

f) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à administração Pública Municipal.

11.1.2. AO CONTRATADO incorrerá nas mesmas penas previstas nas alíneas “c” e “d” da cláusula oitava, se:

a) sofrer condenação definitiva por praticar meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;



- b) praticar atos ilícitos, entre eles, a litigância de má-fé;
- c) demonstrar inidoneidade para contratar com esta PREFEITURA em virtude de atos ilícitos praticados.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. Por iniciativa da instituição financeira;

12.1.2. Em decorrência do descredenciamento de que trata o item **12.4.** deste termo;

12.2. Na hipótese do item **12.1.1.** desta cláusula:

12.2.1. A instituição financeira poderá propor a rescisão do contrato, a qualquer tempo, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias;

12.2.2. A rescisão será formalizada após a verificação da regularidade das obrigações, por parte da instituição contratada, decorrentes do respectivo contrato;

12.2.3. A rescisão do contrato implica o descredenciamento da instituição financeira da condição de tecnicamente habilitada para a prestação de serviço de arrecadação de receitas municipais.

12.3. Na hipótese do item **12.1.2.**, ocorrido o descredenciamento, o contrato deverá ser rescindido, unilateralmente, pelo Município, por intermédio do órgão ou da entidade municipal que o celebrou, mediante comunicação expressa à instituição financeira, sem prejuízo da exigência dos encargos devidos e da aplicação das sanções administrativas, se for o caso.

12.4. DO DESCREDENCIAMENTO

12.4.1. As instituições financeiras podem ser descredenciadas da condição de instituição tecnicamente habilitada para a prestação de serviço de arrecadação de receitas municipais, pela Secretaria Municipal da Fazenda, nos seguintes casos:

12.4.2. Descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato estabelecido entre a instituição financeira e o Município de Presidente Olegário;

12.4.3. Prática de atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;

12.4.4. Evidência de incapacidade para o cumprimento das obrigações assumidas, devidamente caracterizada em relatório de inspeção, bem como por reclamações dos usuários;

12.4.5. Por razões de interesse público, mediante despacho motivado.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP 38750-000 – CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 – www.po.mg.gov.br – contratos@po.mg.gov.br



14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO


14.1. Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Olegário – MG, como único competente para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste Termo Contratual, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por estarem assim ajustadas, as partes, com as testemunhas abaixo, assinam o presente instrumento.

14.2. A eficácia do presente instrumento contratual é condicionada à publicação e seu extrato na forma do parágrafo único, do art. 61 da Lei 8.666/93.

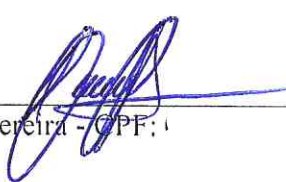
Presidente Olegário/MG, 08 de julho de 2024.


**MUNICÍPIO DE
PRESIDENTE OLEGÁRIO**
Rhenys da Silva Cambraia

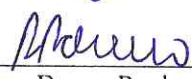
Ronaldo Alves Pereira
CPF: 
**SECRETÁRIO DA FAZENDA
PRESIDENTE OLEGÁRIO-MG**

**SECRETARIA MUNICIPAL
DE FAZENDA**
Ronaldo Alves Pereira


Documento assinado digitalmente
ROBERTO DE ALMEIDA MATTOS
Data: 10/07/2024 16:50:54-0300
Verifique em <https://validar.itu.gov.br>
**CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL**
Roberto de Almeida Mattos

TESTEMUNHAS: I -


Júlio dos Reis Pereira - CPF: _____

II -


Renato Jose Braga Pacheco - CPF: _____